

mente a Câmara Municipal de Cabo
 São. Além desses, responderam a cha-
 mada regimental os seguintes vere-
 dores: Adalton Pinto de Andrade, Antô-
 nio Carlos Seruca da Cunha, Antônio
 Carlos de Carvalho Tundade, Eduardo
 Coria Kita, Ivan Luiz de Araújo, Luiz
 Antônio de Melo Cotias, Orlando da
 Silva Seruca, Silas Rodrigues Basto e
 Waldir Flávio de Aquino Neto. Flaven-
 do número regimental, o Senhor Pre-
 sidente Marcos da Rocha Mendes solici-
 tou ao Senhor Primeiro Secretário, Se-
 reado Dinei Seruca da Silva que pro-
 cedesse a leitura do Expediente. Não ha-
 vendo matérias para serem lidas no
 Expediente e na Ordem do Dia, o Senhor
 Presidente encerrou a presente Sessão em
 nome de Deus, convidando os demais
 presentes para a próxima reunião,
 no dia vinte e um de julho do ano
 em curso, às dezesseis horas. E para
 constar, mandou que se lavrasse a
 presente Ata, que depois de lida, publi-
 cada a apreciação Sessória, aprovada,
 será assinada para que produza seus
 efeitos legais.

Marcos da Rocha Mendes
 Presidente

Ata da Reunião Extraor-
dinária da Câmara
Municipal de Cabo
Rio, realizada no dia
21 de julho do ano de
1994.

Às dezesseis horas do dia vinte e um
de julho do ano de mil, novecentos e
noventa e quatro, sob a Presidência do
Vereador Haroldo da Rocha Mendes e com
a ocupação da Primeira Secretaria pelo
Vereador Dirlei Pereira da Silva, reuniu-
se extraordinariamente a Câmara mu-
nicipal de Cabo Rio. Após desses respon-
deram a chamada regimental os se-
guintes Vereadores: Dirlei Silva da Rocha,
Carlos Roberto Vojquirá dos Santos, Eduardo
Correia Kitz, Heaquirim Schwindt, Luiz Antô-
nio de Melo Cotias, Osmary Sampaio da
Silva, Orlando da Silva Pereira, Sílas Ro-
drigues Bento e Waldir Maurício de Aguiar
Neto. Havendo número regimental, o Se-
nhor Presidente declarou aberta a presente
sessão em nome de Deus. Após o cumpri-
mento do rito regimental, o Senhor Pre-
sidente Haroldo da Rocha Mendes solicitou
ao Senhor Primeiro Secretário, Vereador Di-
lei Pereira da Silva que procedesse a lei-
tura do Expediente. Não havendo Expedien-
te para ser lido, o Senhor Presidente fran-
queou a Tribuna aos Vereadores inscri-
tos em livro próprio. Como primeiro ora-
dor inscrito, ocupou a Tribuna o Vereador

do Senhor Sampaio da Silva que abriu sua fala abordando a convocação feita pelo Senhor Prefeito Municipal, de acordo com a Legislação, suspendendo assim o recesso da Câmara Municipal, para a apreciação, em regime de urgência, da Planta de Salários do Município. Disse que sinceramente gostaria de colocar a intenção do Governo, o objetivo do Governo para que não houvesse dúvida em relação ao propósito da Administração em relação à matéria de relevante importância para o Município. Disse por desconhecimento de todos que o pedido de urgência, quando solicitado pelo Senhor Prefeito Municipal, permitia à Câmara um prazo de quarenta e cinco dias para apreciação e que o Senhor Prefeito assim procedia, com a intenção de que a Câmara apreciasse a mensagem nesse período, permitindo-lhe a avaliação e poderia ou não contar com a nova sistemática de tributação, do contrário do que era pregado por algumas pessoas que não tinham o objetivo de colaborar, mas sim de tumultuar a administração pública, promovendo que a Bancada de sustentação do Prefeito com alguns Senadores iam atravessar o requerimento de urgência. Prosseguindo, disse o orador que na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Planejamento entraria em entendimento com os colegas participantes da Co

missão para promoção de debate com In-
tidades para que se pudesse avaliar,
discutir a magnitude do Projeto e con-
seqüentemente produzir um trabalho que
venha atender aos anseios do nosso Mu-
nicipio. Disse que jamais o Prefeito Muni-
cipal tivera a intenção de ser dono da ver-
dade, pois o chefe do Executivo tinha cons-
ciência de que a Câmara de Vereadores
é quem produzia as leis, e que pode-
ria e teria poderes para fazer as modi-
ficações que entendesse necessárias, as-
sim também, como tinha a convicção
de que o Projeto enviado a esta Casa
foi fruto de minucioso estudo, culmi-
nando no entendimento do Governo com
um sistema justo de tributação, embora
não descartasse a possibilidade de discus-
são e que seria até saudável, não po-
dendo acatar contudo, a opinião daque-
les que pregavam o caos e que dema-
gicamente queriam fazer entender
que o Município não deveria ter uma
Planta de Valores e que aqueles que assim
procediam, procediam em arbitrio pessoal
para podermos executar suas negociações,
entendendo com isso, que a Câmara Mu-
nicipal deveria assumir e dividir com
o Executivo a responsabilidade de ditar o
Município de uma Planta de Valores para
que se possa proceder com a justiça fi-
scal, assim como produzir uma legis-
lação para que acabasse de uma vez
por todas, com o arbitrio de uma ou

duas pisseas que acabaria transformando em corrupção. Falou a seguir de sua passagem pela Secretaria de Obras do Município, onde pode constatar a necessidade de uma nova legislação, já que a existente era do ano de mil novecentos e setenta e sete, entendendo que a referida necessidade de modificações, pois como estava, poderia propiciar a pisseas sem escrúpulos a se tornar um novo milionário no Município em função do interesse econômico existente e dos furros e de diversas interpretações existentes na legislação em vigor, e que felizmente durante sua passagem pela Secretaria de Obras sequer fizeram insinuações de qualquer comportamento de desonestidade com relação a aprovação de projetos, e encerrando sua fala, se colocou à disposição de todos, desejando o entendimento para que o Senhor Prefeito pudesse proceder a sua previsão orçamentária para o ano de mil, novecentos e noventa e cinco. A seguir ocupou a tribuna o Senador Orlando da Silva Pereira, que iniciou sua fala agradecendo ao Gerente da Cery, Senhor Aluísio e também ao Deputado e Secretário de Minas e Energias, José Fláuricio por terem atendido a reivindicação do povo de Jardim Peró, Sangradouro, Jardim Esperança, Ponto do Pavão, Boca do flato e principalmente aos trabalhadores de construção civil, quando na semana passada, o

Deputado José Flaurício estivera em Cabo São
São inaugurando mais uma obra do
Projeto "Uma luz na escuridão", no bairro
do Seró, pôde então na oportunidade, so-
licitar ao Deputado e então Secretário, a
execução ou a liberação do Projeto já exis-
tente em tramitação na Cerj para a exe-
cução do Projeto "Vibes Claras" na Avenida
dos Passageiros e que de imediato o Secre-
tário e Deputado José Flaurício contactou
com o Senhor Fluxes, liberando os mate-
riais necessários para a implantação
do referido Projeto e que pôde constatar
para sua alegria, quando trafegava pe-
la Avenida dos Passageiros o contentamen-
to dos trabalhadores da construção civil
ao retornarem para as suas casas de
bicicleta por volta das dez e meia horas e
tanta minutos com a Avenida totalmen-
te clara. Disse o orador que os meradores
e os trabalhadores da construção civil
que diariamente trafegavam na Ave-
nida dos Passageiros se mostravam agra-
decidos pela obra, mas não tinham a
idéia de quem a realizara, se sentin-
do então na obrigação de ocupar a
tribuna para agradecer ao Deputado
José Flaurício, ao Senhor Fluxes, Gerente da
Cerj, e por que não ao Senhor José Bonifá-
cio, Prefeito de Cabo São. Solicitou a seguir
que o Senhor Prefeito executasse o Projeto
denominado ciclovia para que pudesse
novamente ocupar a Tribuna em nome
dos trabalhadores para agradecer por

mais um empenhamento de grande importância para a classe trabalhadora. Disse que na mesma oportunidade quando estivera com o Deputado José Maurício fora procurado por um grupo de comerciantes proprietários de quiosques representados pelo Senhor Biago solicitando a implantação do Projeto "Bites Cbras" também na Praia do Lero e que o Senhor Deputado se mostrou com grande interesse em resolver. Em aparte o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos perguntou ao Vereador ocupante da tribuna para esclarecimento, quem era o Secretário de Planejamento e Energia, tendo como resposta, o Deputado José Maurício. Prosseguiu, o Vereador Orlando Pereira da Silva disse que o Executivo começara a demonstrar trabalho e que em função disso, deixaria mais uma vez o seu agradecimento, embora continuaria a cobrar quando fosse preciso, relatando a seguir o caso de um rapaz, funcionário da Prefeitura que fora ao INSS receber ao auxílio doença e que ao apresentar sua Carteira Profissional, foi constatado que não estava assinada, embora o rapaz estivesse recebendo mensalmente seu salário e o desconto do INSS também se fazia normalmente, caracterizando-se a falta de humanização em torno de alguns Secretários Municipais, solicitando com isso, que o Secretário de Administração Municipal apurasse algumas irregularidades que vem acontecendo

que são denunciadas por esta Casa, tais como a burocracia encontrada para o processo de indenização e o seguro desemprego, onde algumas pessoas receberam com a data vencida e portanto não sendo aceito pelo Ministério do Trabalho onde seus funcionários já não aguentavam mais, só a Secaf já havia mais de noventa trabalhadores demitidos e todos deram entrada no Ministério do Trabalho, pois a Prefeitura não depositava o Fôlis, não deram a folha de auxílio desemprego, enfim, não cumpriam com sua obrigação e que alguns Senadores também foram vítimas desta burocracia, no caso o Senador Waldir Aguiar e o Senador Aires Bessa que teve a sua filha demitida da Prefeitura e que existiam na Secretaria de Fazenda, por mais de um ano e que as pessoas nem sabiam se ainda teriam o direito a receber. A seguir o Senador Orlando Pereira da Silva fez um alerta contra o emprego no período eleitoral, falando que estava atento a tal prática, assim como estava atento às empreiteiras que aqui chegavam, ganhavam a concorrência e subempreitavam uma outra empreiteira para fazer o serviço, se posicionando cada qual calmamente contra tal atitude e que na oportunidade traria a esta Casa os cartões com o nome da empreiteira, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos que iniciou sua fala reportando

se a primeira Sessão Extraordinária, em
 de o Senador questionava em Questão de
 Ordem a convocação destas Sessões Extraordi-
 nárias para que se discutisse o STU, argu-
 mentando na oportunidade, que o Prefeito
 não havia enviado até aquela data, ni-
 quer o mapa genérico da Planta de Voto-
 rs. A seguir o Senhor Presidente comunicou
 ao Senador Carlos Roberto Nogueira dos
 Santos que o Senhor Prefeito já havia em-
 caminhado a esta Casa a Planta do Mu-
 nicipio de Cabo São, embora não se encon-
 trasse com cópias para os dezessete Sena-
 dores, conforme determina a Lei Orgânica.
 Ressegundo, o Senador Carlos Roberto Nogue-
 ira dos Santos disse que considerava este
 fato um avanço, embora já se passassem
 três Sessões com ônus para os cofres públicos
 e nada fora discutido e que esta Sessão
 também se encaminharia para nada, se
 não fosse a denúncia de crime eleitoral apu-
 sentada pelo Senador que o antecedeu, quan-
 do na oportunidade afirmava que era o Depu-
 tado José Maurício, ora o Secretário de Minas
 e Energia do Estado, também o Deputado Jo-
 se Maurício dava ordem para ligar a luz
 lá, ligar a luz cá e fechar ali, beta poste-
 cá, configurando-se com isso em crime
 eleitoral, abuso de poder econômico, sugerin-
 do a Presidência ou a pleoa diretora da Câ-
 mara que enviasse a gravação desta Sessão
 ao Tuz Eleitoral, já que como legisladores
 não podemos deixar passar um crime
 que o Senador Orlando Pereira da Silva

acabara de denunciar, parabenizando o Senador pelo feito de denuncia inscrita com o Deputado José Maurício. Em aparte o Senador Orlando da Silva Pereira disse que não retirava nada do que dissera e que bastava o Senador Beto Nequeira ir a inauguração de "Uma luz na escuridão", que veria o Deputado José Maurício no palanque, pondo em prática o seu projeto "Uma luz na escuridão". Prosseguindo, o Senador Carlos Roberto Nequeira dos Santos disse que iria, com muito prazer, ver o Deputado duplê de Secretário ou ao contrário o Secretário duplê de candidato a Deputado Federal, José Maurício inaugurar as obras realizadas por ele mesmo. Disse que não esperava um desenlace tão interessante a tão desinteressante sessão, encerrando assim, sua fala. A seguir ocupou a Tribuna, como último orador inscrito, o Senador Waldir Maurício de Aguiar Neto que iniciou sua fala abordando a Planta de Valores, onde através de Indicação do Senador Jayr Silva da Rocha, o Senhor Prefeito retirou a esta Casa a referida Planta e que o Senador em alusão, tivera o seu retorno ao legislativo no dia quinze de dezembro, onde já se encontrava a algum tempo a referida Planta de Valores e que os Nobres Pares, na oportunidade, não alegavam tempo suficiente para se apreciar, para se modificar, para dar as formas necessárias, e que de acordo com alguns Senadores que passaram pela Tri-

uma não tinham como fazerem as devidas mudanças para implementá-las neste ano de mil, novecentos e noventa e quatro. Disse o orador que ao seu ver, ainda havia bastante tempo para fazer as modificações necessárias e que para tal já se dirigia a vários Municípios onde foram implantados a Planta de Valores para poder comparar o que deu certo, o que funcionou e o que não funcionou disse a seguir que estava contido na Planta os índices de totalização do valor que iria ser cobrado de acordo com o zoneamento contido na Planta e que são os mesmos do ano passado sem nenhuma modificação de valores, sendo os mesmos do ano passado e assim sendo, aconselharia aos Nobres Senhores que analisassem com carinho, se aprofundassem nessa questão, se reunindo com as Comissões em seus gabinetes para que no final do ano, por uma questão qualquer, o Projeto fosse rejeitado, e que se isto ocorresse, seria uma injustiça para com o nosso Município que se encontra a deriva na expectativa deste tributo que é genuinamente Municipal e que fazia parte do orçamento de qualquer Município. Em aparte o Senador Carlos Roberto Nogueira dos Santos disse que realmente havia muito tempo para se apurar a Planta de Valores e o IPTU e que teriam até o final do ano, já que a Planta só entraria em vigor no ano de mil, novecentos e noventa e cinco e por este motivo estranhava a urgência.

do Senhor Prefeito para a aprovação da Plan-
ta de Valores e que mediante a este prazo
questionava o porquê de tantas Sessões Ex-
traordinárias onerando os cofres públicos,
já que se poderia esperar uns quinze a
vinte dias para então colocá-la em apu-
riação. Em resposta ao aparte do Senador
Beto Nogueira, disse o Senador Waldir Flau-
rício de Aguiar Neto que só poderia respon-
der por ele e que estaria trabalhando com
agido, pois estivera em Campos onde re-
quisitara uma funcionária aposentada
que já se encontrava fazendo os levantamen-
tos dos mapas do ano passado para com-
parações e que era do conhecimento de to-
dos os Vereadores de sua frequência nesta
Casa, as Comissões e que se o Senador que
o aparteara achava que o salário recebido
era demais por não estar produzindo, que
o devolvesse aos cofres públicos, o que não era
o seu caso, já que estava trabalhando e
muito bresegando, enumerou alguns Proje-
tos que gostaria de ver aprovados por esta
Casa, considerando-os de grande importân-
cia para o nosso Município, encerrando a
pequira sua fala. Não havendo mais ora-
dores inscritos, o Senhor Presidente comuni-
cou aos Senhores Vereadores que após o tér-
mino da Sessão, haveria uma reunião
com algumas Associações para discussão
da Planta de Valores e agradecendo a
assistência, encerrou a presente Sessão
em nome de Deus e para constar, man-
deu que se lavasse a presente Ata, que

depois de lida, submetida a apreciação
 Plebiscária, aprovada, será assinada para
 que produza seus efeitos legais.



Ata da Reunião Extraor-
 dinária da Câmara Mu-
 nicipal de Cabo Frio, rea-
 lizada no dia 26 de
 julho do ano de 1994.

As dezesseis horas do dia vinte e seis
 de julho, do ano de mil, novecentos e noventa
 e quatro, sob a Presidência do Senador
 Marcos da Rocha Mendes e com a ocupação
 da Primeira Secretaria pelo Senador Dir-
 lei Ferreira da Silva, reuniu-se extraordina-
 riamente a Câmara Municipal de Cabo Frio.
 Além desses, responderam a chamada regi-
 mental os seguintes Senadores: Jires Bessa
 de Siqueiredo, Antonio Carlos Pereira da
 Cunha, Antônio Carlos de Camargo Sun-
 dade, Eduardo Corvia Kita, Jean Louy
 de Araújo, Luiz Antônio de Flelo Potias, Di-
 lando da Silva Pereira, Silas Rodrigues
 Bento e Waldir Fláucio de Aguiar Neto. En-
 tendo número regimental, o Senhor Presi-
 dente declarou aberta a presente sessão em
 nome de Deus. A seguir foram lidas e
 aprovadas as Atas das Reuniões Extraordi-